

O ESTUDANTE E O GOVERNO MILITAR, SOB A ÓTICA JORNALÍSTICA: CONSTRUÇÕES DE IMAGENS E DE SENTIDOS

Irení Aparecida Moreira Brito¹

Resumo: Apresenta-se, neste trabalho, a análise de dois textos veiculados pelo Jornal *O Estado de S. Paulo* nos anos de 1968 e 1984. Seguiram-se os pressupostos teóricos da semiótica greimasiana para demonstrar como o jornal em questão organizou o discurso de modo a construir imagens diferentes dos dois atores envolvidos: o estudante e o governo militar. Dessa forma, faz-se uma análise *do percurso gerativo do sentido* para verificar de que forma o jornal organiza seu discurso com o objetivo de manipular a opinião do leitor sobre dois fatos: a Passeata dos 100 mil, que ocorreu na maioria dos estados do país com o objetivo de lutar contra a Ditadura Militar e conseguir melhorias para a educação, e o Comício pelas Diretas Já, ocorrido na Praça da Sé em São Paulo, envolvendo toda a sociedade brasileira e liderado por políticos, intelectuais, artistas e sindicalistas. A escolha do *corpus* deve-se à forma como ele *figurativiza* os temas repressão, liberdade, violência, paz e conflito ideológico a partir dos referidos episódios, considerando o contexto histórico.

Palavras-chave: Mídia. Semiótica. Figurativização. Ideologia. Sujeitos.

THE STUDENT AND THE MILITARY GOVERNMENT, UNDER THE JOURNALISTIC OPTICS: CONSTRUCTIONS OF IMAGES AND SENSES

Summary: *This paper presents the analysis of two texts transmitted by O Estado de S. Paulo Journal in the years of 1968 and 1984. The theoretical presuppositions of Greimas's semiotics were followed to demonstrate as the newspaper organized the speech in order to build different images from the two involved actors: the student and the military government. In that way, it is made an analysis of the generative course of the sense to verify the forms that the newspaper organizes its speech with the objective of manipulating the reader's opinion about two facts: the Protest March of the 100 Thousand, that happened in most of the states of Brazil with the objective of to struggle against the Military Dictatorship and to get improvements for the education, and the Assembly for the Direct Elections Already!, happened at Praça da Sé Square in São Paulo City, involving the whole Brazilian society and led by politicians, intellectuals, artists and syndicalists. The choice of the corpus of this work is due to the form like the Journal symbolizes the themes repression, freedom, violence, peace and ideological conflict starting from the episodes referred, considering the historical context.*

Key-words: Media. Semiotics. Symbolization. Ideology. Subjects.

Considerações iniciais

A informação veloz e em grande quantidade constitui uma das principais características da sociedade contemporânea. Nesse contexto, a Mídia está cada vez mais empenhada em transmitir notícias para o maior número possível de pessoas, com destaque para o texto jornalístico que aparece como veiculador de leituras e de ideologias diversas, como um meio atuante na formação da opinião pública.

Cada veículo de comunicação organiza seu discurso para produzir um determinado sentido. Dessa forma, o texto jornalístico, apesar de usar, sobretudo, a

¹ Mestre em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, *Campus* de Três Lagoas. irenimoreira@uol.com.br.

debreagem enunciativa, que possibilita a simulação de uma objetividade, constrói um simulacro da realidade, isto é, uma verdade a partir do olhar dos editores sobre esta realidade e, ainda, a partir das orientações ideológicas do jornal. Assim, manipula o enunciatário fazendo com que o mesmo aceite o seu discurso como verdadeiro.

Cabe ressaltar que o *corpus* utilizado é formado por textos veiculados pelo Jornal *O Estado de S. Paulo* em dois períodos: a Ditadura militar (1968) e a Abertura democrática (1984). As notícias analisadas são apresentadas nos anexos e intitulam-se: *Tiros, pedras e fogo contra “Estado”*, denominada texto I, e *Sé: multidão, discursos, chuva e música*, denominada texto II. A escolha desse *corpus* deve-se à forma como ele *figurativiza* os temas repressão, liberdade, violência, paz e conflito ideológico a partir dos referidos episódios, considerando o contexto histórico.

A análise apresentada a seguir foi organizada a partir do *percurso gerativo de sentido*, seguindo-se a orientação da teoria semiótica greimasiana, para verificar de que forma o jornal organiza seu discurso com o objetivo de manipular a opinião do leitor sobre dois fatos: a Passeata dos 100 mil, que ocorreu na maioria dos estados do país com o objetivo de lutar contra a Ditadura Militar e conseguir melhorias para a educação, e o Comício pelas Diretas Já, ocorrido na Praça da Sé, em São Paulo, envolvendo toda a sociedade brasileira e liderado por políticos, intelectuais, artistas e sindicalistas.

Estruturas Fundamentais

No *nível fundamental* apresentam-se as categorias semânticas que ordenam os conteúdos no texto. Essas categorias são apresentadas por uma *oposição de base*, o elemento mais simples e abstrato de ordenamento dos conteúdos do texto. No texto I, a oposição semântica fundamental é *repressão vs liberdade*. Ela é marcada no texto pelas manifestações de reação a essa repressão pelas seguintes expressões: “as desordens tumultuaram”; “tiros de revólver, bombas de molotov, pedras, tijolos e pedaços de madeira, tais os recursos de que se serviram os arruaceiros”; “atear fogo, atirar pedras e tijolos contra as janelas”; “eram atiradas garrafas de querosene, pedras e bolinhas de gude contra as vidraças”; “os manifestantes viraram e incendiaram o carro de chapa oficial”. As categorias fundamentais podem ser *eufóricas* (positivas) ou *disfóricas* (negativas). Nesse caso a repressão é *eufórica* e a liberdade é *disfórica*, já que os estudantes foram apresentados no texto como arruaceiros e provocadores de desordens. O texto II, da mesma forma que o texto I, apresenta, no *nível das estruturas*

fundamentais, uma oposição entre *repressão e liberdade*, enfocada nas afirmações: “houve de tudo: discursos, músicas, vaias. Bandas trouxeram seus instrumentos, capoeiristas se exibiram e houve até um enterro simbólico das eleições indiretas”. Entretanto, os valores assumidos pelos termos em oposição diferem-se daqueles valores assumidos pelos mesmos termos no texto veiculado em 1968. A liberdade assume um valor *eufórico* e representa o desejo coletivo; a população brasileira buscava ser livre naquele momento. Já a opressão assume um valor *disfórico* e representa o sofrimento pelo qual a sociedade passava no mesmo momento.

Estrutura Narrativa

No *nível narrativo*, apresentam-se as transformações de estado, já que uma narrativa se define como uma transformação de estado que se articula numa seqüência canônica revelada por meio da *manipulação*, da *competência*, da *performance* e da *sanção*.

Analisando-se a *estrutura narrativa* do texto I, observa-se que este apresenta como *actantes* os estudantes, denominados S1, e o governo militar, denominado S2. Como *objetos* têm-se, para os estudantes, *a liberdade e melhorias na qualidade do Ensino Superior*, para o governo militar *a ordem*. Percebe-se uma relação de oposição entre os dois *actantes*, já que pertencem a segmentos sociais e ideológicos distintos. Os estudantes representam uma esfera social dominada e sem liberdade de expressão, enquanto o governo representa o poder político e a elite social que oprime a maioria da sociedade. O conflito entre esses dois grupos sociais ocorre porque S1 quer entrar em *conjunção* com os *objetos-valor* liberdade e melhorias na qualidade do ensino superior e para que isso ocorra é necessário que S2 entre em *disjunção* com o *objeto-valor* poder, porque é esse poder que faz com que S1 permaneça em *disjunção* com seus *objetos-valor*.

S1, inicialmente, encontra-se em *estado passional* de revolta, já que está *espoliado* da liberdade de expressão, de um Ensino Superior de qualidade, por ver sua vida ameaçada por um Governo ditatorial e por não poder reclamar da situação caótica por que passa a sociedade, principalmente, em relação ao sistema educacional. Os *objetos-valor* de S1 são a liberdade e uma Educação Superior de qualidade, porém estão pressupostos outros *objetos-valor* dos quais foram espoliados no momento em que tiraram a liberdade de expressão, como uma sociedade justa, o direito a um sistema de

saúde adequado e a uma distribuição de renda justa.

Além disso, está pressuposto no texto, que esses *objetos-valor* aos quais a sociedade, aqui representada pelos estudantes, tinha direito foram *espoliados* por alguém, S2. A narrativa não menciona a fase em que esses *objetos* foram *espoliados* porque, se assim o fizer, estará justificando a ação dos estudantes, e o destinatário discretizará um sentido positivo em relação a eles e não negativo conforme objetiva o texto. Nesse sentido, o texto demonstra, implicitamente, que havia um contrato entre S1 e S2 e que esse contrato, em algum momento, foi rompido, resultando no estado de revolta que está posto na narrativa. Essa revolta é apresentada como um estado *disfórico* cuja *performance* é a desordem provocada por S1.

O contrato foi rompido no momento em que S2 espoliou S1 da liberdade. A história oficial mostra que S2 traiu S1. A traição deu-se a partir do golpe de 64, que apareceu sob as sombras da democracia. Dizia-se que ia restaurar a democracia, acabar com a corrupção e o comunismo. Mas o que aconteceu depois do golpe não trazia nenhum aspecto de democracia. A perseguição àquelas pessoas consideradas subversivas, contrárias ao regime, foi acirrada e os principais alvos da repressão foram os estudantes e os comunistas, considerados os inimigos da pátria.

Dessa forma, S1 possui as *modalidades virtualizantes* do *querer-fazer* e do *dever-fazer*. Essas modalidades são constituídas pela ideologia que impulsionava as ações da maioria dos estudantes, naquele momento histórico. Eles possuíam como valores a ideia de que tinham o direito e o dever de lutar contra aquele estado de coisas.

Tem-se, então, um *programa narrativo* de *performance* de luta: S1, em conjunção com a revolta que sentia pelo governo militar, naquele momento, e com as armas de que dispunha, foi para as ruas centrais da capital paulistana e atacou, primeiramente, os edifícios da Secretaria da Educação, do “City Bank” e, logo em seguida, o edifício do Jornal *O Estado de S. Paulo*.

Visualiza-se, assim, que esse jornal não mostra no texto os motivos que fizeram com que S1 se revoltasse contra o sistema de governo. A fase canônica de aquisição das *competências*, do *poder-fazer*, a revolta e a posse das armas, não está descrita, tendo em vista que, se o jornal fizesse isso não conseguiria o efeito de sentido desejado, mas ela faz parte do texto. Pois se um sujeito está lutando pela liberdade é porque, em algum momento, se viu privado dela. Nesse caso, S1 perdeu a liberdade com o golpe militar.

Para a realização do *programa narrativo* de luta, de manifestação, S1 realiza

alguns *programas narrativos de uso* como, por exemplo, “tumultuar as ruas centrais da capital paulistana, intranqüilizar toda a população, atacar o edifício da folha”. Nessa etapa da narrativa, aparece o *programa narrativo de manipulação*. S1 tenta manipular S2 por *intimidação*, atribuindo-lhe um *objeto* de valor negativo, a ameaça de destruição, mas o texto mostra que essa tentativa não teve um resultado positivo já que o governo militar (S2) conseguiu reverter o processo prendendo alguns manifestantes e passando à população a idéia de que os mesmos eram destruidores dos bens públicos e agiam contra a sociedade. Observa-se que o governo militar, no final da narrativa, realiza um processo de *manipulação por intimidação*, quando ocorrem as prisões. Nesse momento acontece a transformação na narrativa e a *performance* se realiza. Evidencia-se a mudança de *estado* dos sujeitos, pois S1, apesar de realizar vários *programas narrativos de uso* para conseguir um *programa narrativo de base*, isto é, conseguir liberdade, e melhorias para a educação, não consegue, já que, no final da narrativa, está em *disjunção* com a liberdade e em *conjunção* com processos judiciais porque alguns foram presos.

Na última fase da narrativa ocorre a *sanção*. Greimas e Courtés (s.d., p. 389) mencionam que “a sanção é uma figura discursiva correlata à manipulação, a qual, uma vez inscrita no esquema narrativo, se localiza nas duas dimensões, na pragmática e na cognitiva. Enquanto exercida pelo destinador final, pressupõe nele um absoluto de competência”. Percebe-se que S1 recebeu uma *sanção* negativa e S2 recebe uma *sanção* positiva que foi a de restabelecer a ordem e contar com o apoio da população que estava sem tranqüilidade devido à ação de S1.

Dessa forma, a narrativa retrata uma situação sócio-política difícil por que passava o País. A sociedade de modo geral estava descontente com o governo que cerceou a liberdade e não conseguiu o desenvolvimento econômico que havia prometido para justificar o golpe de 64. Nesse cenário de falta de liberdade, de crise econômica e de enfraquecimento dos serviços públicos a sociedade tinha medo. Por isso, o percurso narrativo de S1 é sustentado pela revolta desencadeada pela ideologia política vigente que reprimia a população, sobretudo os estudantes que eram vistos como subversivos e comunistas. O *querer-fazer* de S1 justifica-se pela privação dos *objetos-valor* liberdade e educação pública de qualidade pelos quais, por ter um consenso ideológico desenvolvido no ambiente universitário e, principalmente, por possuir um conjunto de valores que faziam com que ele se julgasse no dever de lutar. Conforme Ventura (1988, p. 201), “à medida que a intolerância ia tomando conta do governo, a única resposta

possível parecia ser o radicalismo, que se manifestava no movimento estudantil, na política, nas artes e no Show-Biz”.

Por outro lado, o texto II apresenta como *actantes* a população, os políticos, os artistas e os sindicalistas os quais denominamos de S1 e o governo militar a quem denominamos de S2, que não aparece explicitamente, mas está pressuposto no texto. Como *objetos* têm-se, para S1 *as eleições diretas e a liberdade*. Para S2, o objeto pressuposto é *o poder*.

A relação de oposição entre os dois *actantes* estabelece-se explicitamente. Mas embora o texto mostre dois sujeitos em oposição, apenas S1 está posto, enquanto S2 está pressuposto, pois não é de interesse do jornal apresentar o governo militar já que este, agora, está perdendo o poder e, conforme se evidenciou no texto I, o jornal correspondia aos interesses de S2, o governo militar. Em 1968, esse mesmo jornal o caracterizou de maneira eufórica.

Os políticos, os artistas, os sindicalistas e a população de forma geral representam um país que sofre pela falta de liberdade de expressão, enquanto o governo militar representa o segmento responsável pela opressão de toda a sociedade. Sendo assim, S1 está em disjunção com os *objetos-valor* liberdade de expressão e eleições diretas e está desenvolvendo uma performance para conseguir uma transformação desse estado e receber uma sanção positiva que é entrar em conjunção com esses objetos. Para que isso ocorra, S2 deve passar ao estado de disjunção com o poder, já que foi esse poder que fez com que S1 fosse espoliado da liberdade.

Durante a narrativa, os estados dos sujeitos se alteram, considerando-se os aspectos *juntivo* e *disjuntivo* em relação aos *objetos-valor*. Percebe-se uma transformação de estado mais acentuada apenas em relação a S1 que, no estado inicial está espoliado da liberdade de expressão e do direito de escolher seus representantes. Essa espoliação foi responsável pela situação de crise por que passava a sociedade naquele momento. Portanto era preciso lutar para que houvesse uma transformação de estado. Ressalte-se que, além dos *objetos-valor* eleições diretas e liberdade, estão pressupostos outros *objetos-valor* como um bom governo, uma solução pra a crise e a miséria e mais emprego para a população. Está pressuposta, ainda, a idéia de que a culpa por S1 estar espoliado desses *objetos-valor* é do governo militar, por isso, este deve passar ao estado de disjunção com o poder. E o momento para essa mudança acontecer está próximo. Dessa forma, a exemplo do que se observou no texto I, a narrativa demonstra que havia um contrato, entre S1 e S2, que foi rompido, ocasionando

o estado passional de indignação de S1 em relação à situação vivida no país. Essa indignação fez com que esse sujeito adquirisse a competência para desenvolver a performance (luta) mostrada no texto.

Ao contrário do texto I, essa narrativa apresenta, explicitamente, a fase de aquisição da competência, do *poder-fazer* de S1. Esse *poder-fazer* é representado pela mobilização de toda a sociedade brasileira contra o Regime Militar: “aqui estão 130 milhões de brasileiros; pela existência de discursos, músicas e vaias; pela presença de bandas, capoeiristas; pela realização de um enterro simbólico das eleições indiretas e pela união da maioria dos partidos políticos”. Esses aspectos *modalizam* S1 como sujeito do *poder-fazer*. Ele adquire, a partir de então, a *competência* para entrar em *conjunção* com seu *objeto-valor*.

O estado passional de indignação da sociedade é mostrado como *eufórico* e a *performance* que resulta desse estado é uma manifestação baseada na grandeza do *objeto* que se busca: a liberdade e o direito de escolher seus governantes. Considerando esse aspecto, percebe-se que o jornal *O Estado de S. Paulo* está mudando sua opinião em relação ao governo militar. Pressupostamente, S2 é apresentado com valor *disfórico*.

Para efetuar o *programa narrativo de manifestação*, S1 realiza alguns *programas narrativos de uso* como “ir até a Praça da Sé, fazer discursos, cantar o Hino Nacional, demonstrando patriotismo; cantar músicas e enterrar, simbolicamente, as eleições indiretas”. Nessa fase da narrativa, percebe-se o *programa narrativo de manipulação*. S1 *manipula* S2 por *provocação*, atribuindo-lhe valores negativos, “enterrando-o simbolicamente, acusando-o de não estar governando, de ter conduzido o país à fome, à miséria e ao desemprego e de não reconhecer a vontade de mais de 90 % do povo brasileiro”, e que, por tudo isso, vai *espoliá-lo* de seu poder. Essa manipulação fez com que S1 tivesse uma *sanção positiva* já que, embora não tenha passado ao *estado de conjunção* com o *objeto-valor* eleições diretas, a narrativa demonstra que S2 começa a passar ao estado de *disjunção* com o poder porque S1 conseguiu realizar uma manifestação de grande porte para atacar o governo militar e este não reagiu. Ao contrário do que foi demonstrado no texto I, em que o governo, também denominado de S2, reagiu e *manipulou*, por intimidação, os estudantes, denominados S1, recebendo uma *sanção positiva* no final da narrativa, haja vista que permaneceu em *conjunção* com o poder.

Constata-se, portanto, a transformação na narrativa. É o momento de realização

da *performance* e da mudança de estado dos sujeitos. S1 realiza vários *programas narrativos de uso* para conseguir o *programa narrativo de base*, alcançar a liberdade e conseguir a realização de eleições diretas. O texto mostra que, apesar de estas não terem sido aprovadas, S1 conseguiu entrar em *estado de conjunção* com seus *objetos-valor*: a liberdade, no plano real, e as eleições diretas, no plano virtual, pois S1 tem a certeza de que estas vão acontecer em breve, tendo em vista que o governo militar não reagiu às manifestações.

Em relação à sanção, constata-se que S1 recebeu uma *sanção* positiva, pois entrou em *conjunção* com seu *objeto-valor*, e S2 recebeu uma *sanção* negativa, pois, implicitamente, o texto mostra que está em estado iminente de disjunção com o poder.

A narrativa retrata o estado passional de indignação em que se encontrava o povo brasileiro, naquele momento. A sociedade reivindicava o fim da ditadura militar instaurada em 1964. Nesse momento, a sociedade tinha coragem de lutar e a certeza de que, com o apoio da classe política que fazia oposição ao regime militar, conseguiria trazer de volta a democracia. Tendo em vista esses aspectos, o *percurso narrativo* de S1 é sustentado pela luta e pela coragem de se manifestar, publicamente, contra o governo militar que havia conduzido o país ao caos social e político e seu *poder-fazer* justifica-se pelo de ter sido *espoliado* da liberdade e do direito de escolher seus governantes.

Estrutura Discursiva

Nesse nível analisar-se-á a forma como as estruturas abstratas do nível narrativo, por meio do sujeito da enunciação, são concretizadas com vistas à produção de um sentido. Há dois níveis para essa concretização: *a tematização e a figurativização*. Nos textos analisados, essas estruturas concretizam-se por meio de *figuras*. Trata-se, portanto, de textos figurativos, que fazem uma representação dos fatos. O nível discursivo projeta nas *estruturas abstratas* do nível narrativo, as categorias de *pessoa*, *tempo* e *espaço*. A *figurativização*, nesse nível, constitui-se de um mecanismo utilizado pelo enunciador para direcionar a construção de um sentido pelo enunciatário.

Dessa forma, a *manipulação discursiva*, no texto jornalístico, apresenta-se como uma forma de fazer com que o enunciatário acredite que o que está sendo dito é verdade. No texto I, o objetivo é fazer o enunciatário crer que o referente estudante é o vilão e que é o único responsável por todas as desordens que estavam acontecendo

naquele momento. Por isso, este tópico discorrerá sobre a projeção da enunciação e a *figurativização* que se constituem em elementos fundamentais a produção de sentido.

As projeções da enunciação

Na projeção da enunciação, o sujeito faz uma escolha, tendo em vista os efeitos de sentido que busca produzir, de pessoa, de tempo e espaço. A instauração desses elementos é chamada de *debreagem*. “A *debreagem* consiste, pois, num primeiro momento, em disjuntir do sujeito, do espaço e do tempo da enunciação e em projetar no enunciado um não-eu, um não-aqui e um não-agora” (FIORIN, 2005, p.43). Ao *debrear*, o enunciador constrói um simulacro da realidade no texto porque o *eu*, o *aqui* e o *agora* da enunciação não podem ser recuperados. Fiorin distingue dois tipos de *debreagem*: a *enunciativa* e a *enunciva*. A primeira instala no enunciado os *atores*, o *tempo* e o *espaço* da enunciação, o *eu*, o *aqui* e o *agora*. Esses elementos subjetivam o texto, constroem a presença do sujeito e mostram quem é responsável pelo que está sendo dito; a segunda instala no enunciado um *não-eu*, um *não-aqui* e um *não-agora*; instauram-se os *actantes* do enunciado (ele), o espaço do enunciado (*algures*) e o tempo do enunciado (*então*).

Fiorin (2005, p. 44-45) diz ainda: “(...) cabe lembrar que o *algures* é um tempo instalado no enunciado, da mesma forma o *então* é um marco temporal inscrito no enunciado, que representa um tempo zero (...)”. Assim, são enunciados escritos em terceira pessoa, no passado e num lugar designado como *lá*. Esse tipo de *debreagem* cria o efeito de objetividade, já que apaga do texto as marcas da enunciação, sendo, portanto, o recurso predominante em textos jornalísticos. “A *debreagem* é a condição primeira para que se manifeste o discurso sensato e partilhável: ela permite estabelecer, e assim objetivar, o universo do ‘ele’ (para a pessoa), o universo do ‘lá’ (para o espaço) e o universo do ‘então’ (para o tempo)” (BERTRAND, 2003, p. 90). Nos dois textos analisados, o enunciador projetou a enunciação como *ele-lá-então* já que se trata de textos jornalísticos cujo objetivo é simular um distanciamento em relação aos fatos narrados, para dar mais credibilidade à notícia.

Os verbos “tumultuaram, culminaram, serviram, chegaram, foram, atingiram” comprovam a presença da *debreagem* enunciva no texto I. No texto II, a comprovação se dá pela presença dos verbos “encerrou, começou, terminou, trouxeram, calcularam”, anunciou o uso desses recursos, pelo enunciador dos dois textos, causa o efeito de

sentido de que a realidade é retratada objetivamente, imparcialmente. Fato este que contribui para a aceitação, por parte do enunciatário, de que o que está sendo dito é verdadeiro.

Em relação ao tempo, as duas narrativas acontecem no passado conforme se constata pela utilização dos verbos mencionados anteriormente. Portanto, o enunciador projetou a enunciação na 3ª pessoa, no tempo passado e no espaço lá, fazendo um simulacro da realidade, ou seja, utilizou-se da debreagem enunciativa.

A figurativização e os temas

De acordo com a intenção do sujeito da enunciação, os temas propostos no nível narrativo são *figurativizados*. Sabe-se que “os valores assumidos pelo sujeito da narrativa são, no nível do discurso, disseminados sob a forma de percursos temáticos e recebem investimentos figurativos” (Barros, 1997, p. 69). Tais investimentos figurativos direcionarão o enunciatário a construir o efeito de sentido objetivado pelo enunciador. Com os procedimentos de *figurativização*, a enunciação idealiza os fatos de acordo com o *simulacro* a ser criado: no texto I, o estudante como um sujeito *disfórico* e o militar como um sujeito *eufórico*; no texto II, o grupo que luta pelas eleições diretas como sujeito *eufórico* e o governo militar aparece pressupostamente como sujeito *disfórico*. Portanto, é no nível da *figurativização* ou da *tematização* que se percebe a ideologia e os interesses do sujeito da enunciação.

No texto *Tiros, pedras e fogo contra “Estado”*, os temas violência, paz e conflito ideológico são revestidos pelas *figuras* de S1, um elemento violento e arruaceiro, pelas armas que ele possui e também por S2, um sujeito calmo, sensato e equilibrado. A *figurativização* do conflito ideológico é demonstrada pela oposição entre S1 e S2. O primeiro foi privado da liberdade e, conseqüentemente, do poder de manifestar sua ideologia política e o segundo, de acordo com a ideologia política vigente, era a expressão do poder.

O tema violência caracteriza-se com “tiros, pedras, bombas incendiárias, tijolos e pedaços de madeira, desordens, depredação, turba”. Estas *figuras* estão relacionadas ao sujeito estudante, cujo percurso é *figurativizado* negativamente já que a intenção do enunciador é fazer com que o enunciatário construa o sentido de que o estudante é o

vilão. É ele que desenvolve as ações de “tumultuar, intranqüilizar, atacar, atirar pedras, dar tiros, destruir, depredar, gritar”.

Além da *figurativização*, observa-se a presença da *iconização* que, em textos jornalísticos, criam uma ilusão de verdade em relação aos fatos. A *iconização*, bem como a *figurativização*, conduz o enunciatário a reconhecer as “imagens do mundo” e, por isso, a acreditar na verdade que está sendo construída. Pois, “a verdade é a produção de um efeito de sentido, essa produção consiste no exercício de um fazer particular, de um fazer-parecer-verdadeiro, ou seja, na construção de um discurso cuja função não é o fazer-verdadeiro, mas o parecer-verdadeiro” (Greimas, 1978).

Os termos “Capital paulistana, juventude brasileira, prédio do ‘Estado’, Faculdade de direito da USP, ruas São Jorge e Ipiranga”, fazem com que o enunciatário crie uma imagem do mundo e, a partir dessa imagem, creia na verdade construída pelo enunciador. Além disso, o fato de, no final da narrativa, os estudantes serem *figurativizados* com termos *eufóricos* como “promotores da manifestação, universitários e estudantes” demonstra a intenção do enunciador em caracterizá-los negativamente. Já em relação ao militar ocorre o contrário. Sabe-se que a intenção do enunciador foi explicitar o *tema* violência e *figurativizá-lo* a partir da *figura* do estudante para, a partir daí, construir por oposição a imagem do militar.

O *tema* paz aparece pressuposto e é figurativizado a partir da imagem do militar. Sobre esse aspecto, pondera-se que “é inegável o importante papel desempenhado pelos termos cuidadosamente escolhidos a fim de designar indivíduos, acontecimentos, lugares etc. na formação da opinião pública a respeito daqueles entes” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 85).

A paz é concretizada com “ausência de repressão, comunicado, povo ordeiro, paciência, ordem pública”. Essas *figuras* estão relacionadas ao governo militar que é *figurativizado* positivamente segundo a intenção do enunciador. Considerando-se a intenção do enunciador, percebe-se que a escolha dos termos utilizados no texto enfatiza uma idéia que permeia toda a organização discursiva, a de que os estudantes manifestantes estavam errados e agiam contra a ordem social e política e, sobretudo, contra a população que era inocente.

No texto *Sé: multidão, discursos, chuva e música*, observa-se que o *tema* liberdade é revestido pela *figura* de S1, um sujeito batalhador que luta pelo direito de

escolher seus governantes e de se expressar livremente. O *tema* repressão, que está pressuposto, é revestido pela *figura* de S2, um sujeito que oprime toda a sociedade e é responsável pela situação ruim por que passa o país. A concretização da liberdade ocorre pela presença das *figuras*: “multidão, discursos, músicas, 130 milhões de brasileiros, eleições diretas, comício, vaias, enterro simbólico das eleições indiretas, empolgação, São Paulo Livre, nação livre, a Bastilha caiu hoje, povo, voto direto, soberania nacional, aplausos, manifestação, alma”.

O tema pressuposto “repressão” concretiza-se pelas *figuras*: “eleições indiretas, desgoverno, cárcere, carcereiros, fascismo, Ditadura, cercear e tutelado”, e essas *figuras* relacionam-se ao sujeito pressuposto governo militar, *figurativizando-o* negativamente, tendo em vista a orientação ideológica do jornal, naquele momento histórico, que é diferente da posição do mesmo jornal em 1968, período de veiculação do texto I.

Quanto à *figurativização* dos espaços destaca-se a Praça da Sé, neste local S1 manifesta seu desejo e concretiza sua luta em busca da liberdade. Observa-se que, assim como no texto I, o enunciador utilizou-se da iconização para conduzir o enunciatório a acreditar na sua verdade. Dessa forma, os termos “Praça da Sé, metrô, estações da sé, São Bento e Liberdade e Anhangabaú” fazem o enunciatório construir imagens do mundo e aceitar como verdadeiro o discurso a ele apresentado.

Além da *figurativização* que demonstra a intencionalidade do texto II, outro aspecto observado é que o jornal tenta se isentar do que diz ao construir seu discurso recorrendo ao discurso de outrem, conforme observamos, por exemplo, nas expressões: “Aqui estão 130 milhões de brasileiros. Com essa frase o governador Franco Montoro encerrou seu discurso; o vice-governador Orestes Quécia, conclamou os manifestantes a continuarem a luta pelas eleições diretas em São Paulo e em todo o país”. Com base nesses pressupostos, entende-se que a idéia que permeia todo o texto II é a de que a luta pelas eleições diretas é justa e que a liberdade já é fato.

Considerações finais

A partir da análise observa-se que a leitura que se realiza sobre um fato é sempre passível de manipulação. Na matéria veiculada pelo jornal O Estado de S. Paulo em 1984, percebe-se o apagamento intencional da *figura* do estudante. Esse apagamento

faz com que se conclua que o texto de 1968 apresentou os estudantes porque o objetivo era *figurativizá-los* de modo pejorativo. O interesse dos editores, naquele momento, era enaltecer o governo militar e para isso era preciso contrapor-se ao estudante, transformando-o numa personagem negativa.

O fato de, em 1984, no fim do Regime Militar, o mesmo jornal não mencionar os estudantes, demonstra que, naquele momento, não era interessante enaltecer o regime militar. Assim, o jornal em questão começa a demonstrar mudanças em seu discurso, pois se percebe que o mesmo começa a seguir outras orientações ideológicas e sociais. Além disso, num momento de abertura democrática não é politicamente correto criticar um movimento estudantil que luta contra um regime ditatorial. Para os editores foi melhor apagá-los do discurso. Essa não-presença faz com que o estudante deixe de ser sujeito, com que ele deixe de existir nesse importante momento histórico.

Como o dizer tem relação direta com o não-dizer, percebe-se que o 2º texto ratifica a afirmação de que o 1º teve a intenção de mostrar o estudante para, a partir da imagem negativa deste, construir uma imagem positiva do governo militar. Diz-se isso considerando que o 2º não mostra o estudante. Nesse sentido, o não-dito do 2º texto confirma a intenção do enunciador em relação ao dito no 1º texto analisado. Como o jornal é comprometido com os paradigmas sociais, ele altera seu discurso de acordo com a situação. Numa hora mostra, noutra apaga. Afirma-se que a postura ideológica do jornal é mutável, bem como os sentidos que produzem sobre um determinado referente. É possível *discretizar* sentidos diferentes sobre um mesmo referente, apresentado em contextos distintos. Os estudantes foram categorizados como marginais em 1968 e, em 1984, o mesmo jornal por não poder caracterizá-los negativamente e por não precisar mostrá-los para contrapor à imagem do governo militar, optou por não dizer nada sobre eles.

Essa análise representou uma das possíveis leituras que se pode fazer dos textos. Portanto, constituiu-se numa das inúmeras possibilidades interpretativas, permanecendo o desafio de se realizar outras leituras que *discretizem* outros sentidos a partir dos fatos representados nos dois textos.

Referências Bibliográficas

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria Semiótica do Texto*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

BERTRAND, Denis. *Caminhos da Semiótica Literária*. Trad. Ivan Lopes et al. São Paulo: EDUSC, 2003.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2 ed. São Paulo: Ática, 2005.

GREIMAS, Algirdas Julien. *O contrato de veridcção*. Acta semiótica et lingüística. São Paulo: Humanitas, 1978.

_____ e COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. Trad. Alceu Dias Lima et al. São Paulo, Cultrix, sd.

RAJAGOPALAN, K. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão*. São Paulo: Parábola, 2003.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. São Paulo: Nova Fronteira, 1988.

Anexos

Texto I: Tiros, pedras e fogo contra “Estado”

Do serviço local, das sucursais e dos correspondentes

As desordens que tumultuaram ontem as vias centrais da Capital paulistana, intranqüilizando, em decorrência, toda a população, culminaram ao anoitecer com um ataque ao edifício desta fôlha. Tiros de revólver, bombas “Molotov”, pedras, tijolos e pedaços de madeira, tais os recursos de que se serviram os arruaceiros para, em nome

das reivindicações estudantis, manifestar a desorientação e a inclinação à baderna que vem caracterizando, ultimamente, a conduta de parte da juventude brasileira, desviada de seus caminhos por agitadores profissionais. Os manifestantes chegaram a atear fogo aos tapumes das obras de reconstrução da ala do prédio danificada pela bomba lançada contra o “Estado” em abril último. Não houve, em qualquer momento, inteferência policial.

Os manifestantes chegaram diante do prédio do “Estado” por volta das 19 horas, passando a atirar pedras, bombas, “bombas-molotov” e tijolos contra as janelas e a entrada principal do edifício. Os grandes vidros do lado da rua Major Quedinho foram completamente destruídos. Uma bomba incendiária foi lançada contra os andaimes da reforma, provocando enormes labaredas na lona que os encobria. Tiros de revólver atingiram as vidraças de vários andares: no andar térreo, no vidro frontal; no terceiro, 3 balas nas janelas das oficinas, uma das quais quase atingiu um linotipista; no quarto andar, mais 3 projéteis perfuraram os vidros das janelas do restaurante.

O fogo

As chamas provocadas no madeiramento do andar térreo cresceram rapidamente e só foram debeladas 20 minutos depois, com a utilização de mangueiras internas do “Estado”. Enquanto isso, eram atiradas garrafas de querosene, pedras e bolinhas de gude contra as vidraças. Numerosos rojões e foguetes explodiam à altura da sacada do 5º andar.

Armados

Um dos manifestantes chegou a poucos metros da entrada da rua Major Quedinho, de revólver em punho. Diversos tiros foram disparados de distâncias variáveis contra o prédio do “Estado”. Uma bala calibre 22 atingiu a sacada do 5º andar, onde se encontravam funcionários do jornal.

Em nenhum momento as manifestantes foram repelidos ou atacados pela Polícia. Os agitadores infiltrados na turba assumiam, então, o comando das depredações e davam mostras de sua ousadia, atirando tijolos e bombas. Muitos deles empunhavam barras de ferro e pedaços de pau. Gritavam sempre, pedindo que mais pedras fossem arremessadas. Algumas chegaram a penetrar pelas janelas do 3º andar, nas oficinas.

Sem repressão

Durante 20 minutos as violências dos manifestantes se desenvolveram intensamente, com a depredação, acompanhada do espocar das bombas e dos gritos. Faixas e cartazes eram agitados com histeria.

A ausência de repressão aumentava a disposição dos arruaceiros. Apenas duas prisões foram feitas nas proximidades do “Estado”: as de Nelson Judice Muniz, do 3º ano da Faculdade de Direito da USP, e Rudá Barros, estudante de Pinhal. Este dizia-se policial, tinha carteira de motorista falsa e carregava uma mala cheia de panfletos.

Outras depredações

Antes que a passeata chegasse ao “Estado”, foram depredados os edifícios da Secretaria da Educação, do “City Bank” e da Farmácia do Exército. A agência bancária, na esquina das ruas São João e Ipiranga, sofreu danos de monta, com a destruição completa dos vidros fronteiros.

Depois de deixar as proximidades do “Estado”, a passeata seguiu pela rua da Consolação e, ao chegar à praça Roosevelt, os manifestantes viraram e incendiaram o carro de chapa oficial da Guanabara 85-45-55.

Comunicado

Ao término das manifestações, a Secretaria de Segurança distribuiu comunicado, agradecendo a “colaboração do povo ordeiro, que tão bem soube acolher as suas recomendações e suportar com paciências os lamentáveis atos de selvageria de uma minoria subversiva, que tenta impor-se pela violência”.

São deploradas as depredações e, no final, o documento esclarece que os agitadores já identificados “estão sendo processados nos termos da Lei de Segurança Nacional, pelos delitos cometidos”.

Entrevista

Os promotores das manifestações darão entrevista coletiva hoje, às 11 horas na Faculdade de Filosofia da USP, que está ocupada pelos alunos.

Várias outras Faculdades estão ocupadas pelos universitários: na USP, Direito, Economia, Psicologia; na PUC, diversos departamentos. Os estudantes prometem fazer novas manifestações amanhã e terão assembléias ainda hoje, havendo possibilidade de ocupação de todas as Faculdades.

No país

Na Guanabara, o governador Negão de Lima recebeu comunicação do Ministro Gama e Silva informando que o presidente Costa e Silva é favorável à permissão da passeata dos estudantes programada para amanhã, só devendo a polícia intervir com o objetivo de reprimir possíveis perturbações da ordem pública.

Em Brasília, os estudantes realizaram diversos comícios-relâmpago no centro da cidade, com repressão violenta por parte da Polícia. À noite havia mais de uma centena de estudantes presos.

Em Salvador, os universitários permanecem acampados pacificamente nas Faculdades, sem ocorrência de conflitos. Enquanto isso, em Recife, são programadas diversas assembléias, tentando-se ainda organizar novas manifestações ante o malogro daquelas previstas para a semana passada.

Em São Luís, um grupo articula manifestações para hoje à noite. Em Porto Alegre, por intermédio de violento manifesto, o DCE da Universidade Federal do Rio Grande do Sul condena as repressões policiais aos movimentos estudantis e promete promover concentração de grandes proporções hoje, diante do edifício da Reitoria, para “exigir definição do reitor sobre os problemas universitários”. Continuam em greve os estudantes de Filosofia.

Em Belém, os estudantes estão de férias e não há manifestações de descontentamento com o deficiente ensino universitário local. Não há perspectiva de qualquer agitação.

Em outras capitais – Florianópolis, Vitória e Natal – as escolas funcionam normalmente e não há qualquer sinal de movimentação de rua ou passeatas.

(*O Estado de S. Paulo*, 25 de junho de 1968)

Texto II: Sé: multidão, discursos, chuva e música

“Aqui estão 130 milhões de brasileiros”. Com essa frase, o governador Franco Montoro encerrou seu discurso. Após cantar o Hino Nacional, a multidão começou a abandonar a praça da Sé, debaixo de forte chuva. Assim terminou o comício pelas eleições diretas. A movimentação começou logo de manhã, com a chegada de bandeiras e faixas – até do PC e do PC do B -, e cresceu a partir das 15 horas. Houve de tudo: discursos, músicas, vaias. Bandas trouxeram seus instrumentos, capoeiristas se exibiram e houve até um enterro simbólico das eleições indiretas.

Os números sobre os comparecimentos são divergentes; enquanto a agência do SNI em São Paulo informava ao Ministério da Justiça a presença de 170 mil pessoas na praça da Sé, observadores da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado calcularam a multidão em 120 mil pessoas. No meio da empolgação, o apresentador oficial da manifestação, o locutor esportivo Osmar Santos, anunciou a presença de 400 mil pessoas, segundo os organizadores do comício.

O metrô, por sua vez, registrou o desembarque de aproximadamente 260 mil pessoas nas estações da Sé, São Bento, Liberdade e Anhangabaú, todas próximas ao local do comício, das 12 às 19 horas. Somente na Estação da Sé, segundo informação do diretor de Operações do Metrô, Frederico Bussinger, desembarcaram mais de 200 mil pessoas.

O PDS também esteve representado no comício. Integrante do grupo dissidente “Participação”, defensor das eleições diretas e apontado como malufista, o deputado Theodorico Ferraço, discursou, foi vaiado e saiu aplaudido.

Um dos primeiros a falar, o vice-governador Orestes Quéricia, conclamou os manifestantes a continuar a luta pelas eleições diretas em São Paulo e em todo o País. Apontou a necessidade do pleito direto para acabar com os “desgovernos, que legaram ao País a fome, a miséria e o desemprego.” E completou: “Para os que querem permanecer no poder, até o Maluf virou gente boa.”

Por diversas vezes, durante o comício, o presidente regional do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso, foi obrigado a fazer apelos para que pessoas não credenciadas e que não discursariam descessem do palanque. Mas não foi atendido.

“É possível mentir ao povo, e muito se tem mentido, mas não é possível enganar o povo” – disse, sob fortes aplausos, o prefeito Mário Covas, que lembrou a sua condição de prefeito nomeado. “A minha presença aqui, como prefeito nomeado, só terá sentido se eu puder ajudar São Paulo livre e ajudar a tornar livre esta nação, devolvendo a seu legítimo proprietário que é o povo”. Ao terminar seu discurso, pediu um minuto de silêncio em memória do ex-senador Teotônio Vilela.

Às 18h30, começaram os discursos dos governadores. José Richa, do Paraná disse que somente as eleições diretas poderão levar à solução dos problemas do País. Leonel Brizola, do Rio, considerou o comício o reflexo e síntese do que está ocorrendo no País inteiro. “É incrível que a corte que se formou em Brasília não reconheça a vontade de mais de 90% do povo brasileiro.”

Seu discurso foi interrompido por gritos de “Lula, Lula, Lula”. Tentando

contornar a situação, Brizola afirmou: “Eu vejo uma ala que quer homenagear o Lula. Eu também quero homenagear esta figura inconfundível que é o deputado Ulisses Guimarães. Rendo minhas homenagens e do povo do Rio de Janeiro ao governador de São Paulo”. Não pôde sequer concluir, citando o nome de Montoro, por causa das vaias.

“A Bastilha caiu hoje, aqui na praça” – iniciou o deputado Ulisses Guimarães o seu discurso, para completar: “O povo tomou esse cárcere e os carcereiros são minoria até no PDS”. O presidente Nacional do PMDB advertiu que aqueles que votarão contra a emenda constitucional restaurando as eleições diretas “serão cassados pelo voto direto nas eleições de 1986”.

E acrescentou que o fascismo e a ditadura”, não tendo voto, desenvolvem “esses governos imprestáveis” porque não deram crescimento ao País e nem defenderam a soberania nacional.

O penúltimo a falar foi o presidente nacional do PT Luis Ignácio da Silva, que agradeceu os aplausos e tentou minimizar as vaias dirigidas a Franco Montoro. “Não podemos cercear a liberdade de manifestação de ninguém” – afirmou.

“Há pouco me perguntavam: 300 mil? 400 mil pessoas? A resposta é outra: aqui estão presentes 130 milhões de brasileiros, falando por vocês, falando essa linguagem que sai do fundo da alma do povo brasileiro” – disse Franco Montoro, em seu discurso.

Depois de dizer que o povo não quer mais ser tutelado, exigindo as eleições diretas para presidente, o governador de São Paulo encerrou o comício, pedindo à multidão que cantasse o Hino Nacional.

(O Estado de S. Paulo, 26 de janeiro de 1984).